

**Luís Fernando Pimentel de Oliveira Vasconcelos Abreu, nascido em Lisboa, em
7 de setembro de 1965**

Currículo

1. Habilitações académicas

1. Doutoramento em Direito das Empresas, no ISCTE-IUL - 29 de junho de 2015.
2. Mestrado em Ciências jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - 19 de maio de 1998.
3. Mestrado em Ciências jurídico-políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa/Lisboa - 2 de julho de 1993.
4. Licenciatura em Direito, por esta última Faculdade - 26 de julho de 1988.

2. Vertente profissional

Advogado e professor do ISCTE-IUL.

3. Trabalhos publicados

1. “Breve apreciação do regime do segredo bancário, incluindo o segredo do supervisor, no Anteprojeto de Código da atividade bancária, nomeadamente por comparação com o Regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras”, na Revista de Direito Financeiro e do Mercado de Capitais, vol. 3 (2021), nº 1, 349-381.
2. “O segredo do advogado no direito profissional: alguns aspetos”, em Os segredos no Direito. Atas da conferência (Coordenação: Carla Amado Gomes/Ana F. Neves/Pedro Lomba), Lisboa: AAFDL, 2019, 213-238.
3. “Os herdeiros não têm o direito a saber tudo e uma testemunha pericial deve ser objeto de adequado contraditório - Ac. do TRG, de 4.10.2017, P. 1108/14.0TJVNFG1”, nos Cadernos de Direito Privado, nº 60, outubro/dezembro de 2017, 53-75.
4. “O direito e a medicina”, na *Lex Medicinæ*, ano 13, nºs 25-26 (2016), 15-22 (com *revisão por pares*).
5. “Responsabilidade médica. Apresentação de uma tese”, na Revista de Direito Civil, ano I (2016), 4, 817-852.

6. “O regime disciplinar dos agentes de execução: algumas questões”, nos Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, 977-990.
7. “Os saneamentos da função pública na lei e na jurisprudência do STA”, nos Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles, vol. I, Coimbra: Almedina, 2012, 261-284.
8. “Sobre o poder unilateral de modificação do *spread* pelas instituições de crédito nos financiamentos MLP contratados com empresas”, nos Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, vol. II, Coimbra: Almedina, 2011, 23-36.
9. “Nótula sobre a inconstitucionalidade do nº 4 do art. 7º do Dec.-Lei nº 185/93, de 22 de maio (intervenção dos organismos de segurança social nos processos de adoção)”, nos Estudos em homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, 789-794.
10. “A parte subjetivamente complexa: uma aproximação ao seu conceito e regime de direito substantivo”, nos Estudos em honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão, vol. I, Coimbra: Almedina, 2008, 357-378.
11. “As obrigações não pecuniárias do arrendatário (NRAU)”, na revista O Direito, ano 139º (2007), III, 639-655.
12. “Algumas considerações sobre os preâmbulos dos contratos”, nos Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, vol. II, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, 919-926.
13. “A obrigatoriedade de fundamentação dos atos administrativos e das decisões judiciais nalguma jurisprudência recente”, nos Estudos em honra de Ruy de Albuquerque, vol. I, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, 829-895.
14. “Responsabilidades disciplinar e civil dos funcionários e agentes da Administração Pública e responsabilidade civil desta última perante terceiros pelos atos dos seus funcionários e agentes”, na Enciclopédia Pólis, editada pela Editorial Verbo (2ª edição, 2005).
15. “Limitação do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada mediante o acordo do seu titular. O caso do *Big Brother*”, na Revista do Ministério Público, ano 26, nº 101, janeiro-março de 2005, 113-118.

16. “O segredo médico no direito português vigente”, nos Estudos de direito da bioética (Coordenação: José de Oliveira Ascensão), Coimbra: Almedina, 2005, 261-285.
17. “Despacho de mero expediente ou *decisão-surpresa*? - Ac. do STA, de 28.1.2004, P. 46.134”, nos Cadernos de Justiça Administrativa, nº 46, julho/agosto de 2004, 21-25.
18. “Infração disciplinar continuada ou princípio da unidade da infração disciplinar? - Ac. do STA, de 16.1.2003, P. 604/02”, nos Cadernos de Justiça Administrativa, nº 44, março/abril de 2004, 17-29.
19. “Efeitos da renúncia ao mandato judicial - Ac. do STJ, de 16.4.2002, Rec. 942”, nos Cadernos de Direito Privado, nº 2, abril/junho de 2003, 64-67.
20. “Os sindicatos bancários no direito português”, nos Estudos em homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. II (Direito bancário), Coimbra: Almedina, 2002, 519-564.
21. “A violação de direitos de personalidade pela comunicação social e as funções da responsabilidade civil. Recentes desenvolvimentos jurisprudenciais. Uma breve comparação luso-alemã”, nos Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço, vol. II, Coimbra: Almedina, 2002, 457-475.
22. “O Estatuto da Ordem dos Advogados e as relações entre mandante e mandatário judicial”, na Revista da Ordem dos Advogados, ano 62, janeiro de 2002, 263-302.
23. “A sociedade leonina (Art. 994º do Código civil)”, na Revista da Ordem dos Advogados, ano 56, agosto de 1996, 619-665.
24. “O Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida Urbana da Cidade de Lisboa”, na Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, nº 4, dezembro de 1995, 305-317.
25. “Para o estudo do procedimento disciplinar no direito administrativo português vigente: as relações com o processo penal”, Coimbra: Almedina, 1993.
26. “Princípio da igualdade e jurisprudência administrativa: breve nota”, na Fisco, ano 3, nº 34, setembro de 1991, 23/24.

27. “Algumas notas sobre o problema da confiscatoriedade tributária em sede de imposto sobre o rendimento pessoal”, na Fisco, ano 3, nº 31, maio de 1991, 26-31.